
NIS2 em Portugal: 5 erros que deixam empresas expostas

O maior erro raramente é técnico.
Começa numa análise fraca de enquadramento.

ÂMBITO | GOVERNANCE | ACCOUNTABILITY



Tratar a NIS2 como m assunto só de IT

Se juridico, compliance, risco e gestão ficam fora, a análise nasce coxa.

■ O problema não começa no firewall.

Começa na governance: enquadramento legal, responsabilidade interna, cadeia de decisão e capacidade de capacidade de demonstrar o que foi avaliado.

■ IT sozinho não fecha o perimetro.

Pode conhecer sistemas, mas não decide sozinho o alcance regulatorio ou o nivel de exposição.

■ Sem sponsor executivo, há fricção.

Ficam controlos dispersos, prioridades concorrentes e baixa capacidade de execução.

■ O sinal de maturidade é simples.

A organização trata a NIS2 como um tema de governance operacional - não como checklist tecnica isolada.

A pergunta certa nao e "temos controlos?". E "quem decide, quem responde e como se prova?"

Assumir que a NIS2 só afeta infraestruturas críticas

Muitas organizações excluem-se cedo demais do perímetro regulatório.

■ Erro de enquadramento

A organização olha para o nome do setor e ignora o papel real do serviço, a criticidade operacional e o impacto potencial do incidente.

■ Erro de conforto

Parte-se do princípio de que "isto é para os outros" e deixa-se de fazer a análise que realmente importa.

■ O perímetro precisa de leitura funcional.

Serviços, dependências, continuidade operacional, relações com terceiros e impacto no negócio valem mais do que intuições ou etiquetas simplistas.

■ Mau diagnóstico = má preparação.

Se a empresa se autoexclui sem base robusta, perde tempo útil e aumenta exposição quando o escrutínio chega.

Avaliar o âmbito sem mapear serviços e dependências

Sem inventário funcional, a decisão sobre o âmbito é pouco defensável.

■ Mapeia o que sustenta o serviço

Processos críticos, sistemas nucleares, fluxos operacionais, pontos únicos de falha e interdependências internas.

■ Mapeia quem participa no serviço

Fornecedores, cloud, MSSP, outsourcers, integradores e qualquer terceiro que mexa na disponibilidade ou segurança.

■ Sem este trabalho, o debate fica superficial.

Discute-se a lei em abstrato, mas não se percebe como a operação real da empresa encaixa / ou não encaixa no enquadramento.

■ A qualidade do âmbito depende da qualidade do mapa.

É por isso que uma boa análise começa muito antes da matriz de compliance.

Não ligar NIS2 a governance e accountability

Quando a responsabilidade é difusa, a resposta também o será.

■ Sem dono claro, há ilhas.

IT, jurídico, compliance, risco e operação trabalham em paralelo e ninguém fecha a decisão nem o plano.

■ A gestão não pode entrar no fim

Se o tema sobe tarde, a organização decide sob pressão e com pouca visão do impacto real.

■ Accountability não é detalhe

Implica critérios, responsabilidades, escalonamento e prova de que a empresa avaliou com método.

■ Maturidade regulatória = maturidade de decisão.

O regulador vê mais do que controlos técnicos. Vê como a organização pensa, decide e demonstra o que fez.

Não documentar a análise e o plano de adequação

Sem rasto de decisão, a organização perde defesa e capacidade de execução.

■ O que deve ficar registado

Critérios usados, pressupostos adotados, serviços avaliados, exclusões, dependências e conclusão sobre o âmbito.

■ O que também importa guardar

Dono de cada ação, prioridades, roadmap, decisões pendentes e mecanismos de revisão da análise.

■ Documentar não é burocracia.

É o que transforma uma intuição numa posição defensável e uma reação dispersa num plano executável.

■ Sem prova, a memória organizacional evapora.

E cada revisão volta a começar do zero.

O teste que interessa não é técnico.



Mas sim:

Percebermos se estamos abrangidos, o que temos de fazer e como o demonstramos?

Na Ahkoris, ajudamos a transformar enquadramento regulatório numa análise defensável, prioridades claras e governance executável.

Se a decisão nunca foi revista com rigor, esse é o primeiro risco a corrigir.